

A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO ARENA POLÍTICA E DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO ECOFEMINISMO¹

Daniel Moreira da Silva²

Tauã Lima Verdán Rangel³

Fecha de publicación: 01/01/2019

Sumário: Introdução; 1 Os debates ambientais como arena política; 2 Os movimentos socioambientais e a busca pela representatividade na arena do debate: uma análise do ecofeminismo; 3 O paradigma humano-ambiental e os princípios ecofeministas; Considerações Finais. Referencias.

¹ Artigo vinculado ao Projeto de Iniciação Científica intitulado "Os influxos de Pacha Mama Andina para a formação de um Estado Socioambiental de Direito Brasileiro: uma análise das influências do neoconstitucionalismo latino-americano no Supremo Tribunal Brasileiro, no período de 2005-2015".

² Discente do Quinto Período do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (IESES) – Unidade Cachoeiro de Itapemirim.
danielmoreira.er@gmail.com

³ Professor Orientador. Doutor (2015-2018) e Mestre (2013-2015) em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) (2017-2018). Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa (2016-2018). Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa (2016-2018). Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa (2016-2018). Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2014-2015). . Projeto de Iniciação Científica "Os influxos de Pacha Mama Andina para a formação de um Estado Socioambiental de Direito Brasileiro: uma análise das influências do neoconstitucionalismo latino-americano no Supremo Tribunal Brasileiro, no período de 2005-2015".
taua_verdan2@hotmail.com

Resumo: O escopo do presente artigo é analisar, a partir do conceito de arena política, a problemática ambiental sob a ótica da sociedade moderna, tendo como base que o ambientalismo é fruto de aceitação da existência de dignidade para além dos seres humanos, em uma relação de interdependência, implica, deste modo, uma mudança profunda no paradigma antropocêntrico no qual a sociedade moderna está arraigada, com a gênese do pensamento Ecofeminista, na qual incorpora a luta feminista a seara da proteção ao meio ambiente. O axioma a ser esmiuçado, está atrelado o meio ambiente como vetor basilar da sadia qualidade de vida, ou seja, manifesta-se na do bem-estar e condições mínimas de existência de todas as espécies. Igualmente, o sustentáculo em análise se corporifica também na higidez, ao cumprir os preceitos de ecologicamente equilibrado, salvaguardando a vida em todas as suas formas (diversidade de espécies). Verifica-se que o meio ambiente ecologicamente equilibrado assumiu proeminente papel de corolário a sustentar os ideários de solidariedade entre o gênero feminino. Neste sentido, o presente propugna uma reflexão, dos fundamentos mais importantes do ecofeminismo, escola de pensamento que tem orientado organizações ecologistas e feministas de vários países desde a década de 70, buscando entender as contribuições e os limites que esta abordagem traz para a prática social no Brasil, em particular para os movimentos que tentam articular as lutas das mulheres com as lutas ambientais. O recorte teórico pautou-se na utilização de Paulo Bonavides, José Joaquim Gomes Canotilho, Celso Antônio Pacheco Fiorillo, Paulo Affonso de Leme Machado, Édis Milaré e Ingo Sarlet. A metodologia empregada na construção do presente está pautada no método dedutivo e sócio-crítico, auxiliada de pesquisa bibliográfica e revisão de literatura sistemática como técnicas de pesquisa.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Arena Política. Ambientalismo. Meio Ambiente. Ecologia.

Abstract: The scope of the present article is to analyze, from the concept of political arena, the environmental problematic from the point of view of modern society, based on the fact that environmentalism is the fruit of acceptance of the existence of dignity beyond human beings, in a The relationship of interdependence thus implies a profound change in the anthropocentric paradigm in which modern society is rooted, with the genesis of Ecofeminist thought, in which the feminist struggle incorporates the area of protection of the environment. The axiom to be explored, is linked to the environment as the basic vector of

healthy quality of life, that is, manifested in the welfare and minimum conditions of existence of all species. Likewise, the support in analysis is also embodied in the hygiene, in complying with the precepts of ecologically balanced, safeguarding life in all its forms (diversity of species). The ecologically balanced environment has assumed a prominent role as a corollary to support the ideologies of solidarity between the feminine gender. In this sense, the present proposes a reflection of the most important foundations of ecofeminism, a school of thought that has guided ecological and feminist organizations in various countries since the 1970s, trying to understand the contributions and limits that this approach brings to social practice in Brazil, in particular for movements that try to articulate women's struggles with environmental struggles. The theoretical clipping was based on the use of Paulo Bonavides, José Joaquim Gomes Canotilho, Celso Antônio Pacheco Fiorillo, Paulo Affonso de Leme Machado, Édis Milaré and Ingo Sarlet. The methodology used in the present construction is based on the deductive and socio-critical method, aided by bibliographic research and systematic literature review as research techniques.

Keywords: Ecofeminism. Political Arena. Environmentalism. Environment. Ecology.

INTRODUÇÃO

Houve seguramente, de qualquer modo em sua percepção, uma grande evolução com a passagem do crescimento econômico a qualquer custo para as formas de desenvolvimento menos agressivas ao meio. As estruturas políticas, sociais e econômicas tornaram-se insensíveis à degradação generalizada do mundo natural. Contudo, o sistema jurídico é uno e inter-relacionado, devendo ser interpretado de maneira indivisível, respeitados os princípios e a hierarquia das normas.

Ao longo das últimas duas décadas vêm crescendo na sociedade em geral e nos meios científicos e políticos em particular uma aguda preocupação com os rumos do desenvolvimento, ganhando força a noção de desenvolvimento sustentável. A mudança de rumo propugnada por setores decorre da descoberta de que os modelos e estratégias de desenvolvimento até agora recomendados e adotados foram incapazes de resolver graves problemas da humanidade, como a miséria e a fome, ao passo que geraram outros, não menos preocupantes, como a degradação ambiental e o aumento acentuado das externalidades negativas incontroláveis e socioambientalmente indesejáveis.

A recente configuração do pensamento ecológico é tributária de um ideário filosófico e político gestado pelos movimentos que defendiam a transformação do pensamento social, da ordem cultural e do sistema político das sociedades avançadas no contexto político resultante do após Segunda Guerra Mundial (BARROS, 2012). Apesar da pluralidade de vertentes há um escopo político geral que reúne referentes simbólicos comuns que levaram o pensamento ambiental a se tornar um movimento planetário, com ampla visibilidade. Estabelece como ícone de novas escolas de pensamento que fideliza diversos adeptos em todo o mundo, o Ecofeminismo. Neste sentido, o ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres.

1 OS DEBATES AMBIENTAIS COMO ARENA POLÍTICA

Como premissa, o processo de incorporação da problemática ambiental no seio a sociedade brasileira, se deu na medida em que o modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo impulsionado pelo capitalismo, culminou na exploração dos recursos naturais de maneira acentuada, colocando, por vezes, em risco o frágil equilíbrio ambiental em prol do discurso do lucro e do acúmulo de riquezas. Neste cenário, interessante destacar que esse contexto de degradação ambiental culminou no fortalecimento da interdependência entre as nações, que, por meio de instrumentos como tratados, convenções e acordos, têm buscado formas de cooperação e entendimento para a preservação do Planeta Terra (MILARÉ, 2013, p.1582). Deste modo, o meio ambiente foi elevado como objeto de observação e debate de preocupações e práticas associadas à preservação e o desenvolvimento sustentável. De forma cristalina, a lição basilar que se depreende os debates políticos é a de que, embora haja obstáculos, o Brasil apresenta um cenário propício para a emergência e incorporação da temática ambiental no contexto indispensável da política brasileira. Concomitante a este pensamento, Fuks promove, de forma entusiasmada, o argumento de que, de fato, o ambientalismo no Brasil, deixou de ser monopólio de um grupo restrito para tornar-se objeto de domínio público. (FUKS, 1998)

Neste sentido, como destaque, o Brasil através do programa de pesquisa "O que o brasileiro pensa da Ecologia⁴" fomenta a assimilação da questão ambiental por parte da sociedade brasileira. De modo geral, a pesquisa mostra o interesse de parcela significativa da população em relação ao meio ambiente. Porém, o que mais surpreende é que o brasileiro, independente de seu nível de renda e escolaridade, revela não apenas preocupação com a questão ambiental, mas também uma forte adesão a valores ambientalistas, inclusive aqueles considerados mais radicais, e a preferência por estes quando comparados com valores materiais.

E, prosseguindo neste sentido, o campo das ciências sociais, a condição possibilitadora para tornar o debate público campo legítimo de investigação reside no resgate da argumentação como característica essencial de seu objeto de estudo. Isso implica conceber a vida social e política como arena

⁴ Em 1992 a Pesquisa foi publicada com o título O que o Brasileiro pensa da Ecologia – O Brasil na Era Verde, pelo MAST/MMA/ISER/CNPq. Coordenaram a pesquisa e a publicação, respectivamente Samyra Crespo e Pedro Leitão. Os estudos são compostos de uma pesquisa quantitativa, tipo survey, realizado com a população brasileira e um estudo qualitativo, realizado junto à lideranças e formadores de opinião. Para melhor aproveitamento de seus resultados eles foram publicados separadamente.

argumentativa, onde os partidos políticos, os grupos organizados e o governo participam de um permanente processo de debate. (FUKS, 1998)

Cabe, neste momento, evidenciar o "sistema de arenas públicas" que se baseia no decurso das atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de legislações especiais, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas. Nota-se, portanto, que o sistema de arenas públicas constitui-se, simultaneamente, em espaço de ação e de debate. Na dinâmica que envolve a complementaridade dessas duas dimensões, ocorre o processo de definição dos problemas sociais e dos temas emergentes e salientes. O sistema de arenas públicas, em suma, é utilizado pelo autor Mario Fuks, que adotando esse ponto de vista, apresenta um número crescente de estudos no campo das políticas públicas e, principalmente, na área da definição de agenda, concebe o debate público como espaço específico de manifestação do conflito social e os recursos argumentativos, em associação com um repertório de atividades, como os instrumentos próprios desse tipo de disputa.

Seja ela vista em termos do conflito que definirá a *policy image* que se tornará dominante, do desdobramento de "atividades reivindicatórias" por parte de grupos organizados, da "política de definição de problemas" ou do embate entre os "pacotes interpretativos" que constituem a cultura de um assunto público, a dinâmica social em torno da definição de problemas sociais configura-se como fenômeno de grande relevância no desdobramento da vida política (FUKS, 1998, s.p.)

Trata-se, neste sentido, sugestionar a saliência dos assuntos que circulam no seio da sociedade. Supõe-se, preliminarmente, a visibilidade das ações e dos debates, entendendo o meio ambiente como assunto ainda em via de se consolidar, nas quais se faz possível identificar "ensaios" no âmbito da ação coletiva e a formação de argumentos a respeito do meio ambiente enquanto problema social e solidário. Os conflitos ambientais definem essas arenas e os argumentos apresentados pelos atores envolvidos expressam alguns dos "pacotes interpretativos" emergentes.

Desta forma, o debate público em torno do meio ambiente enquanto problema social é atravessado pela polaridade universal/particular. Esta polaridade expressa as tensões e articulações possíveis entre, de um lado, a atribuição de universalidade ao interesse em relação ao "problema ambiental" e, de outro, a inserção "local" das visões em disputa (FUKS, 1998).

Nesta linha de exposição, é atribuído ao ambientalismo enquanto fenômeno social, um importante papel na formação de pensamentos e apoio em todas

as classes da sociedade. Corroborando neste sentido, pode ser identificado este papel em diversas manifestações, como, por exemplo, na teoria social e nas formulações jurídicas relativas à questão ambiental. Vista desse ângulo, a singularidade do ambientalismo é atribuída à sua base social virtual, tão ampla quanto à própria humanidade. O interesse e a participação na luta pela defesa do meio ambiente não estariam, portanto, circunscritos nem a vínculos de classe, e tampouco a vínculos de identidade mais amplos, como aqueles definidos por etnia ou gênero.

Desta forma, a qualidade de “bem público” que o ambiente é envolto se traduz em proteção indispensável para a humanidade. No âmbito do direito internacional, o meio ambiente vem sendo considerado, desde a década de 70, um "bem comum da humanidade" e vem evoluindo no sentido de se referir ao "interesse comum da humanidade".

Diante da perspectiva alcançada, a definição de meio ambiente enquanto problema social não é apenas resultado de uma universalidade conceitualmente deduzida, mas depende, igualmente, de disputas localizadas que, em condições ideais, envolvendo uma participação socialmente difusa, apontam para uma universalidade socialmente construída.

2 OS MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS E A BUSCA PELA REPRESENTATIVIDADE NA ARENA DO DEBATE: UMA ANÁLISE DO ECOFEMINISMO

O discurso da sustentabilidade do meio ambiente tem se tornado hegemônico, permeando desde mentes altruístas em defesa da conservação da natureza e da melhoria das condições de vida humana até aquelas que se utilizam desse mesmo discurso para se mostrarem simpáticas à opinião pública e, dessa forma, tirar proveitos próprios. Neste sentido, que organizações internacionais constatarem que é grande e crescente o número de pessoas, movimentos, empresas e governos que buscam alternativas de atuação em conformidade com a sustentabilidade em suas diversas dimensões, resultantes dos movimentos de reformas sociais e políticas que, nas décadas de 1960 e 1970, questionaram as bases que sustentam a sociedade atual. (YUNUS, 2010, p. 263)

As alterações dos padrões climáticos possuem distintas fases. Conforme a literatura, com frequência, as variáveis climáticas contêm períodos de secas, que se alternam com períodos chuvosos e que resultam em distintos fatores como a redução da água, dos alimentos e aparecimento de doenças. Essas alterações normalmente são extremas, portanto agora a preocupação consiste em como dar respostas a estas novas condições climáticas (ULLOA, 2008).

As questões das mudanças climáticas e o impacto delas nas mulheres começaram a ser incorporadas de forma mais efetiva na discussão a partir da década de 1970, com a introdução do ecofeminismo.

O ecofeminismo é uma corrente de pensamento que passou a destacar aspectos antes esquecidos, como o impacto das atividades econômicas nas condições de vida das mulheres, das populações tradicionais, como as indígenas (SILIPRANDI, 2000, p. 62). O ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres.

De maneira ofuscante, o pensamento ecofeminista entende que a exploração da natureza tem marchado de mãos dadas com a das mulheres e essa antiga associação liga a história das mulheres com a história do meio ambiente. (CAPRA, 2011, p. 27) A interligação existente entre a mulher e a natureza ganha respaldo na medida em que se observam as dinâmicas de opressão sofridas por ambas ao longo da história. Nesse sentido, esclarece Regina Célia Di Ciommo:

Há muitas razões pelas quais a ligação mulher-natureza pode constituir-se em questão central para o feminismo. Um dos motivos está na compreensão de que essa é uma conexão essencial para a permanência da dinâmica do tratamento que as mulheres e a natureza recebem na sociedade contemporânea. Se por um lado essa questão pode levar a uma importante revelação sobre o modelo de humanidade na qual as mulheres se inserem, por outro tem sido uma preocupação do ecofeminismo, que pode iluminar os temas que estão no centro do feminismo como um todo, acerca da "masculinidade da cultura" da natureza da dominação do masculino sobre o feminino e possíveis rotas para se escapar dessa dominação. (DI CIOMMO, 2003, p. 426)

O ecofeminismo pode ser examinado sob três enfoques. O primeiro é o ecofeminismo clássico, que defende que a ética feminina de proteção ao meio ambiente se opõe à agressividade masculina, as mulheres teriam uma tendência natural à paz, ao contrário dos homens mais tendentes ao conflito e a destruição. O segundo é o ecofeminismo do "terceiro mundo", segundo o qual a sociedade patriarcal e dominadora acaba gerando um processo de violência contra as mulheres, portanto assume uma postura crítica ao sexismo e ao racismo. Por fim, um ecofeminismo construtivista, que assevera que a relação das mulheres com a natureza está associada não às características próprias do feminino, por essência, mas pela responsabilidade

da mulher na economia familiar, criadas por meio da divisão do trabalho, do poder e da propriedade (ANGELIN, 2006).

O ponto de partida para analisar a relação entre ecofeminismo e a sustentabilidade ambiental de comunidades nasce do pressuposto de que a existência de práticas sustentáveis está na base da organização e da dinâmica da ecovila, e do pressuposto de que os princípios que norteiam as ações do movimento ecofeminista estão em estreita sintonia com a sustentabilidade do meio ambiente. A ideia de sustentabilidade, por sua vez, traz consigo a noção de duração no tempo: o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (BRUNDTLAND, 1991, p 430). Prosseguindo com o exposto, o Ecofeminismo busca pôr fim à cultura patriarcal, de submissão da mulher frente ao homem e aos governos, busca uma relação de parceria, de igualdade e melhoria de condições de vida. Na defesa do meio ambiente, busca a valorização de todos os seres e da vida, como um bem a que todos têm direito. Existem pelo mundo várias definições e ações ecofeministas, algumas mais radicais, outras mais flexíveis. Todas tem em comum a união do movimento feminista com o movimento ecológico, a articulação entre ações de luta por direitos iguais entre homens e mulheres e ações em prol da sustentabilidade na defesa do meio ambiente.

A dinâmica da defesa da natureza alinhada ao desenvolvimento de uma vida sustentável estabelece o elo que muitas mulheres estão encontrando para não apenas melhorar as condições de vida de sua família e da sua comunidade, mas, também, mostrar sua capacidade, competência, força e coragem para obter liderança e conquistas em sociedades opressoras, discriminadoras e violentas. Independentemente de Ecofeministas declaradas ou não, as mulheres têm ocupado a vanguarda na defesa da preservação do meio ambiente.

No entanto, as muitas críticas que o pensamento Ecofeminista recebe, dirige-se à ideia de que esta identificação viria do fato das mulheres encarnarem um chamado “princípio feminino”, cuja origem está nas tradições hindus trazidas à tona em 1988, com a publicação do livro “*Staying alive: women, ecology and survival*”, de Vandana Shiva (1991). O “princípio feminino” seria uma forma “essencialista” de ver essas relações, já que traz uma visão de “essência humana imutável e irredutível” (GARCIA, 1992, p. 164), associada às mulheres, que as coloca fora de qualquer relação econômica, política ou social, construída historicamente.

Avançando um pouco além das discussões ideológicas, Vandana Shiva (1991) fez uma análise, em 1988, de como a violência contra as mulheres e

a Natureza, na Índia e também em outros países do terceiro Mundo, tinha origem em bases materiais. A autora relaciona as formas de dominação sobre os povos desses países, através das quais se orientavam os programas de “desenvolvimento”, com a destruição da Natureza, cuja consequência principal foi a destruição das condições para a própria sobrevivência das mulheres. A visão de base feminista de Vandana Shiva enfoca a necessidade de um movimento ativo por parte das mulheres para serem ouvidas, para participarem das instâncias de decisão com o intuito de contraporem-se a essa visão de desenvolvimento, considerada predatória, violenta, não sustentável e fonte de opressão sobre as próprias mulheres.

Do ponto de vista ecológico, o pensamento traz uma visão de defesa da biodiversidade e de questionamento do paradigma “produtivista” do desenvolvimento. Desta forma, as posições trazem também uma forte vertente “terceiro-mundista”, à medida que questionam as relações entre os países que dominam a ciência contemporânea e aqueles que sofrem mais de perto as suas consequências. Corroborando neste pensamento, no campo do Brasil atual, Pacheco (1997) apresenta outra visão sobre as relações de gênero e meio ambiente. Para esta autora, a utilização do conceito de sistema de produção poderia ajudar a dar uma maior visibilidade para o trabalho das mulheres na agricultura e na conservação ambiental. Partindo do trabalho que hoje é feito pelas mulheres, dando importância para o que hoje é desprezado, se poderia trazer as mulheres para as lutas sociais/ambientais, incorporando as suas preocupações e os seus conhecimentos nas propostas de mudanças.

3 O PARADIGMA HUMANO-AMBIENTAL E OS PRINCÍPIOS ECOFEMINISTAS

O crescimento da consciência ecofeminista trata de uma perspectiva de maior atenção para o movimento ecológico e feminista em todo o mundo, concerne neste sentido uma análise da crise ecológica na gênese de sua formação, estabelecendo padrões na busca por conexão entre a exploração da terra de forma sustentável e definição e tratamento sexista sofrido pelas mulheres. Faz-nos notar que a teoria e a prática feminista têm de incluir uma perspectiva ecológica e as soluções dos problemas do meio ambiente, opondo duras críticas ao modelo patriarcal a qual a sociedade se desenvolveu. Neste sentido, o ecofeminismo atinge seu propósito ao colocar uma forte ênfase na relacionalidade e na interdependência entre todos os seres, como princípio absolutamente fundamental para a manutenção da vida das presentes e futuras gerações.

É importante dar crédito às atitudes femininas ao longo dos séculos a fim de reconhecer o papel fundamental que as mulheres sempre desempenharam em relação ao resguardo da natureza e da própria conjuntura micro social (entes familiares) e na macrossocial (comunidades tradicionais). Importante salientar, que o que se busca aqui não é naturalizar, tão pouco supervalorizar/estigmatizar as atitudes femininas. As criativas, singulares e dinâmicas atividades tradicionais femininas precisam ser visualizadas por meio de uma ótica multidimensional holística, ou seja, deve-se afastar do caminho os princípios baseados numa ciência mecanicista e reducionista que inviabiliza o entendimento dos saberes tradicionais. (BRAGA, p. 21, 2015)

Os princípios do ecofeminismo questionam não somente a composição hierárquica do mundo, as organizações e as igrejas, mas também as filosofias, as antropologias e as teologias que fundamentam essa estruturação. (CÉSPEDES, 2010, s.p.). Nesse trajeto, o ecofeminismo radical insiste na vinculação entre as mulheres e a natureza, a um nível biossocial e histórico, assinalando que, em ambos os casos, a origem da exploração e da opressão provém da sujeição à ordem patriarcal estabelecida.

O ecofeminismo liberal embasa sua teoria no feminismo da igualdade e na teoria conservacionista da natureza. Estabelece que o modelo economicista implantado pelo homem não atende às repercussões perniciosas que este ocasiona sobre a natureza. Rechaça que as diferenças biológicas entre mulheres e homens levem a condutas distintas a respeito do meio ambiente. O ecofeminismo socialista fundamenta sua teoria em torno do patriarcado e do capitalismo, os quais responsabilizam pela exploração do meio ambiente para possibilitar o desenvolvimento econômico (CAPRA, 2011). Deve-se acrescentar que o patriarcado, o imperialismo, o capitalismo e o racismo são amostras da dominação exploradora e antiecológica.

Desta forma, o ecofeminismo é encarado como uma escola especial de ecologia social, uma vez que também aborda a dinâmica de dominação social dentro do contexto do patriarcado. Entretanto, sua análise cultural das muitas facetas do patriarcado e das ligações entre feminismo e ecologia vai muito além do arcabouço da ecologia social. As ecofeministas veem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração, a exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, segundo o pensamento ecofeminista que, a antiga associação entre mulheres e natureza liga a história das mulheres com a história do meio ambiente. Maria Mies e Vandana Shiva complementam:

Esta nova imagem da mulher não foi um resultado ocasional das transformações sociais que tiveram lugar no século XVIII. Ela foi, como demonstrou Leiselotte Steinbrugge, uma construção deliberada pelos filósofos do Iluminismo, que empreenderam um discurso extensivo sobre a natureza da mulher. Particularmente Diderot e Rousseau, entre outros, desempenharam um papel chave na construção da nova mulher como o gênero moral, a maternidade, de uma proximidade à natureza. Esta mulher tinha de ser excluída do âmbito da política e da economia, da arena pública, governado pela razão (masculina). Tinha de ser naturalizada e ao mesmo tempo privatizada numa sociedade que, de acordo com Steinbrugge, excluía certos sentimentos do seu código de interação social pública, principalmente a consideração da misericórdia, da piedade, da qualidade humana e até as considerações morais. A mulher torna-se o “gênero moral”. A feminilidade transforma-se no princípio feminino (MAIES; SHIVA, 1993, p.193)

Os princípios e valores que orientam o ecofeminismo em favor do ambiente sustentável encontram suporte empírico em manifestos em todo o mundo que, por sua vez, se apresenta como uma organização social alternativa, de baixo impacto sobre os componentes naturais e de novos valores de bem-estar social. Princípios do ecofeminismo e práticas de uma ecovila apresentam-se consonantes com a tentativa de mitigar impactos antrópicos sobre o meio ambiente, em diferentes dimensões, em nível local, e /questionar padrões culturais dominantes.

Prosseguindo com o exposto, originariamente, o princípio observado através da busca pela descentralização e de não hierarquização é caracterizado na ordem simbólica patriarcal que estabelece por igual uma situação de dominação e exploração para as mulheres e para a natureza. Neste sentido, a sustentabilidade ecológica e social, baseada em relações de irmandade/fraternidade para com a natureza e seres humanos, supera-se neste ponto a existência de convergência entre a forma como o pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e o meio ambiente (ANGELIN, 2014).

O pensamento ecofeminista se opõe à apropriação patriarcal tanto da natureza como das mulheres – consideradas objetos de dominação para o crescimento do capital – e ao modelo dominante de desenvolvimento, baseado no crescimento, no lucro e na sua estratégia de modernização, que tem tido como resultado a destruição da diversidade biológica e cultural. Um dos traços fundamentais do ecofeminismo é que percebe a interconexão entre todas as formas de opressão e violência que afetam as mulheres e a natureza. Assim, quer se opor à apropriação masculina da agricultura e da reprodução (fertilidade da terra e fecundidade da mulher), que não é mais que uma consequência do desenvolvimentismo ocidental de tipo patriarcal e econômico. A referida apropriação se manifesta especialmente nos dois

efeitos perniciosos para a natureza e para as mulheres: a superexploração da terra e a mercantilização da sexualidade feminina, cuja expressão mais degradante é constituída hoje em dia pelo tráfico de meninas e mulheres.

Prosseguindo nesta seara, um segundo principio estaria relacionado no apoio à economia de subsistência. O respeito e a preservação da diversidade biológica e cultural no meio de um sistema que busca a uniformidade e a destruição das diferenças para o ecofeminismo, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza. Decorre neste momento, a visão do ecofeminismo de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher. (SILIPANDRI, 2000, p.63)

Em outro tipo de cultura, em uma nova utopia ecológica, a diferença antes desvalorizada, que não servia aos propósitos do modelo vigente, pode ser necessária, considerada insubstituível e valorizada. No modelo alternativo de desenvolvimento sustentável, proposto pelo Ecofeminismo, homens e mulheres deverão buscar valores essenciais que deem sentido à civilização. No pensamento de Regina Di Ciommo (2003), é a busca pelo feminismo que luta pela igualdade econômica, na esperança de novas relações com afetos de responsabilidade para com o presente e o futuro, não só das gerações humanas, mas de outras gerações de seres vivos.

Por derradeiro, cabe destacar um terceiro principio alicerçado na busca de tecnologias suaves, não agressivas ao meio ambiente, a participação e a comunicação nas relações sociais e nas formas de governo, inspiradas na democracia como valor a ser vivido em todos os níveis de vida. As políticas científicas e tecnológicas que têm orientado o desenvolvimento econômico moderno são políticas que reforçam essa visão, não sendo “neutras” do ponto de vista de gênero ou ambientais. A própria forma de pesquisar a história tem seguido esses princípios e, portanto, não tem evidenciado como se deu a exclusão das mulheres do mundo do conhecimento “científico” e como a sua visão de mundo (de integração com a Natureza) foi sendo subjugada pela idéia de dominação.

O ecofeminismo concorda, em termos gerais, com o biocentrismo da Ecologia Profunda; no entanto, aborda a raiz do problema ambiental enquanto um problema “intra” espécie humana, que se reporta às sociedades patriarcais e a questões sociais e não apenas a um problema existente “entre espécies”, questionando o androcentrismo mais do que o antropocentrismo.

De fato, este movimento, social e acadêmico, estabelece uma relação entre o gênero e o problema ambiental e, mais concretamente, uma ligação entre a opressão à mulher e a opressão ao mundo natural. A opressão social e ambiental encontra a sua gênese nos dualismos hierarquizantes, tais como “mente/corpo, razão/emoção, masculino/feminino e humano/natureza”, que atribuem e fomentam o domínio por parte do primeiro termo e desvalorizam o “outro”. O ecofeminismo visa uma dupla consciencialização e transformação, em que os seres humanos se reconheçam numa posição paritária, independentemente do gênero, raça, e contexto socioeconômico e cultural e, da mesma forma, que se reconheçam enquanto uma espécie entre as outras espécies dos ecossistemas (BRUM, 2017, p. 55).

Ao admitir-se uma essência da mulher mais próxima da natureza, admite-se uma essência do homem mais racional e, conseqüentemente, mais apta a decidir. Não obstante, o ecofeminismo ocidental também se reporta a importantes iniciativas ativistas. O ativismo ecofeminista mais prolífico é oriundo dos países pouco desenvolvidos economicamente ou de economias emergentes, e afirma a existência de uma relação essencial da mulher à natureza, enquanto mães e enquanto tendo uma relação privilegiada com a natureza, devido ao trabalho realizado na lavoura. Não obstante, o ecofeminismo nestes países também se reporta a um importante trabalho teórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática ambiental alcança as arenas de ação e debate públicos, consolidando práticas de desenvolvimento sustentável e fomentando novas escolas de pensamentos ambientais, o "nós" universalista associado à proteção ambiental é redimensionado, permitindo tanto a expressão de demandas, assuntos e valores socialmente localizados, como a elaboração das visões correspondentes a respeito do meio ambiente. Isso significa que as demandas e os argumentos que organizam os conflitos ambientais definem o perfil do meio ambiente enquanto problema social.

O ecofeminismo, como uma corrente de pensamento, procura incorporar a visão das mulheres às discussões ambientais, na medida em que pode trazer ao campo das políticas públicas diversas contribuições inovadoras. Estabelece-se dado o fato que chama a atenção para aspectos que não costumam ser considerados nas políticas de desenvolvimento, tais como as implicações que determinadas atividades econômicas têm sobre as condições de vida e trabalho das mulheres, assim como sobre outros segmentos da população, formada por minorias da sociedade. Neste sentido, ao dar

importância para o que não era “economicamente relevante”, tais como a cultura local, a qualidade de vida, os valores das populações-alvo dessas políticas, que passam despercebidos nas estatísticas oficiais, ajuda a questionar visões de desenvolvimento baseadas unicamente em critérios como renda, produção e produtividade. O ecofeminismo parece recolocar com originalidade antigas tensões entre igualdade e diferença. Não apenas aceita a diferença, mas afirma a especificidade e a valorização da mulher de forma inter-relacionada com a ecologia.

O pensamento ecofeminista considera o conceito de gênero como uma categorização estruturante das sociedades, que integra os diferentes comportamentos que a sociedade espera que mulheres e homens adotem nas interações que estabelecem entre si. Consideram-no como sistema de significados construídos socioculturalmente ao longo da história, que se reporta a uma manipulação simbólica de dados biológicos referente ao sexo, de forma a assegurar uma hierarquização e desigualdade social entre mulheres e homens. Esta desigualdade é cristalizada historicamente por via de uma retórica social, a justificar a superiorização masculina, através das representações sobre os gêneros. Os feminismos têm vindo a desconstruir esta retórica, identificando os estereótipos associados às mulheres e aos homens que, quando analisados individualmente, em nada refletem as diferenças biológicas

Ideologicamente, não se pode olvidar que a lógica do modelo de produção capitalista tem se demonstrado incompatível com as exigências ecológicas para a sustentabilidade da vida no planeta e para a inclusão social das pessoas, garantindo qualidade de vida para todos, independente do gênero. Deste modo, tanto a solução da crise ambiental, quanto da opressão das mulheres não devem ser tratadas como problemas isolados. A humanidade encontra-se em momento singular e repleto de crises sistêmicas. Salutar se faz perceber que a salvação das diversas formas de vida no planeta, assim como a emancipação não só das mulheres como de todos os seres humanos, depende do rompimento da visão estrutural e organizacional da sociedade onde os moldes do capitalismo patriarcal sejam substituídos por relações de parceria e solidariedade. Neste interim, imprescindível se faz que a humanidade através da ética, em todos os meios, e arrolados desde os seres humanos, alcançando os animais e toda a biodiversidade do planeta seja encarado como desafio de todos.

REFERÊNCIAS

- ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>.
- ANGELIN, Rosângela. Gênero e Meio Ambiente: a atualidade do Ecofeminismo. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n 58, mar. 2006.
- BARROS, A. T. Dimensão filosófica e política do pensamento ambiental contemporâneo. In: **Veritas**, Porto Alegre, v. 57, n. 1, jan.-abr. 2012.
- BRAGA, Fabio Rezende. **Os movimentos Ecológico-Sociais femininos e a luta pela conservação ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Direito Ambiental) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44087/R%20-%20E%20-%20FABIO%20REZENDE%20BRAGA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 jul. 2018
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2017.
- BRUM, Pedro Artur Oliveira Amaral de. **Reflexão sobre a integração de princípios do(s) ecofeminismo(s) e do pensamento sistêmico na elaboração de diretrizes políticas e projetos de desenvolvimento da sociedade civil**. 160f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/30605>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 2001. Fórum, 2011.
- CÉSPEDES, Geraldina. **Nos caminhos do ecofeminismo**. Koinonia, 2010. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/agenda/archivo/obra.php?ncodigo=681>>. Acesso em 01 jul. 2018.

- DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 2, dez. 2003.
- FUKS, Mario. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Mai. 2018.
- MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 8 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2013.
- PACHECO, Maria Emília L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. In: **Proposta**, Rio de Janeiro, v.25, n. 71, dez. 1996- fev. 1997.
- SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecologia y supervivencia** (trad. Ana E. Guyer e Beatriz Sosa Martinez). Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991
- SILIPRANDI, Emma, Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n1, jan.-mar.2000.
- ULLOA, Astrid, **Mujeres Indígenas y Cambio Climático, Perspectivas latino-americanas**, UNODC UNAL, Bogotá, Colombia, 2008.
- YUNUS, Muhammad et al. **Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável. Introdução**. Salvador, BA: UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica Ed. 2010.